

## Pesquisa

# UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DE JUÍZES POR GÊNERO, RAÇA OU COR NO BRASIL E POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Por Romeu Ferreira Emygdio



Foto da posse da Turma de Juízes Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (13/07/2012)

O objetivo deste trabalho é descrever as mudanças ocorridas na ocupação de juízes no Poder Judiciário brasileiro por sexo, raça ou cor e faixa etária, por unidade federativa, com base nos Censos de 1980 a 2000. Observando a série histórica da ocupação de juízes, o trabalho descreve como as desigualdades de gênero, associadas a cor ou raça estão presentes no sistema judiciário brasileiro, entendido este de maneira abrangente. Com análise e discussão dos dados estatísticos, buscamos a maior representatividade regional e temática possível, inclusive no que se refere às articulações das relações de gênero com as desigualdades raciais.

A metodologia do estudo baseia-se na análise de dados de pesquisas quantitativas e qualitativas. Foram utilizados como fonte os Censos de 1980,

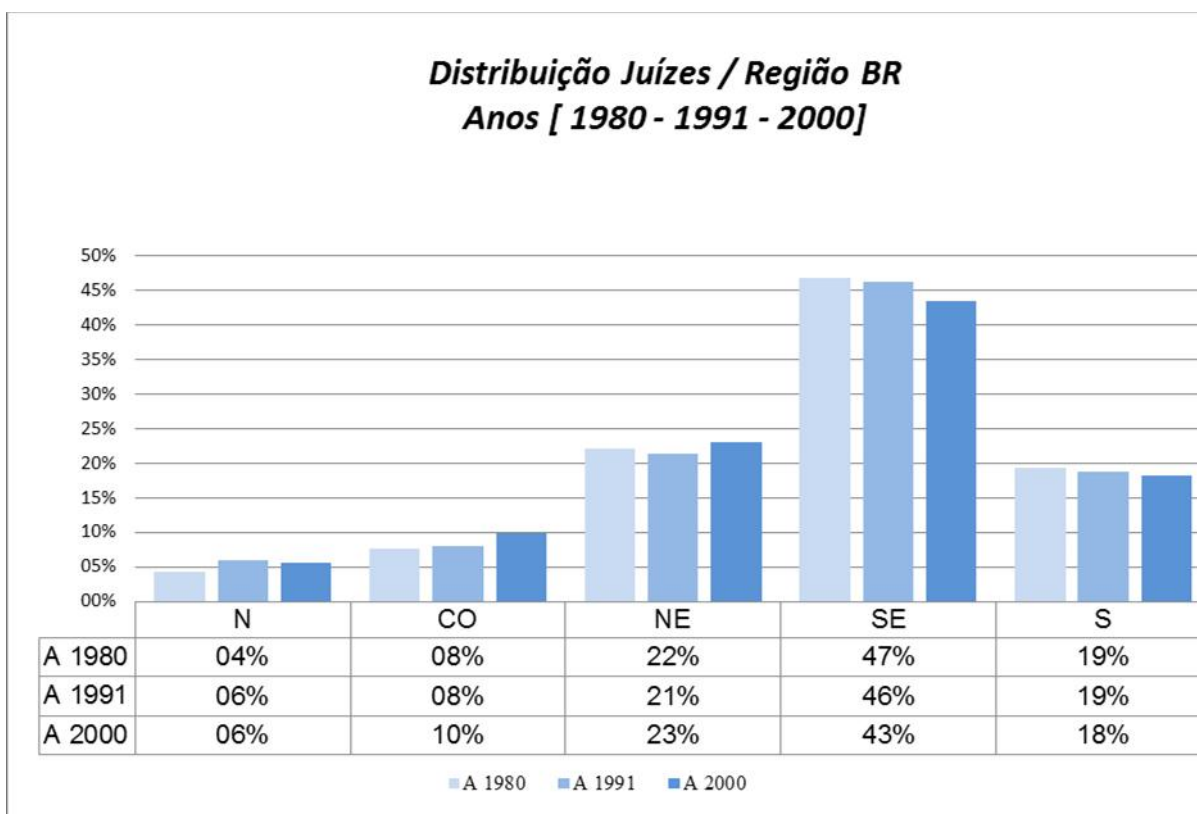
1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que compreende o período de 1995 à 2010, cuja à cobertura abrange todo o território Nacional.

Os resultados estão disponíveis para o Brasil e grandes regiões, com produção de indicadores selecionados para o universo da ocupação da magistratura segundo sexo, faixa etária de idade, cor ou raça, além de pesquisa bibliográfica, composta pelo levantamento bibliográfico do material produzido sobre Gênero e Cor ou Raça, seleção de textos para a leitura e fichamento de alguns artigos ou capítulos considerados relevantes.

O levantamento bibliográfico inicial correspondeu aos temas-chave: Gênero, Cor ou Raça.

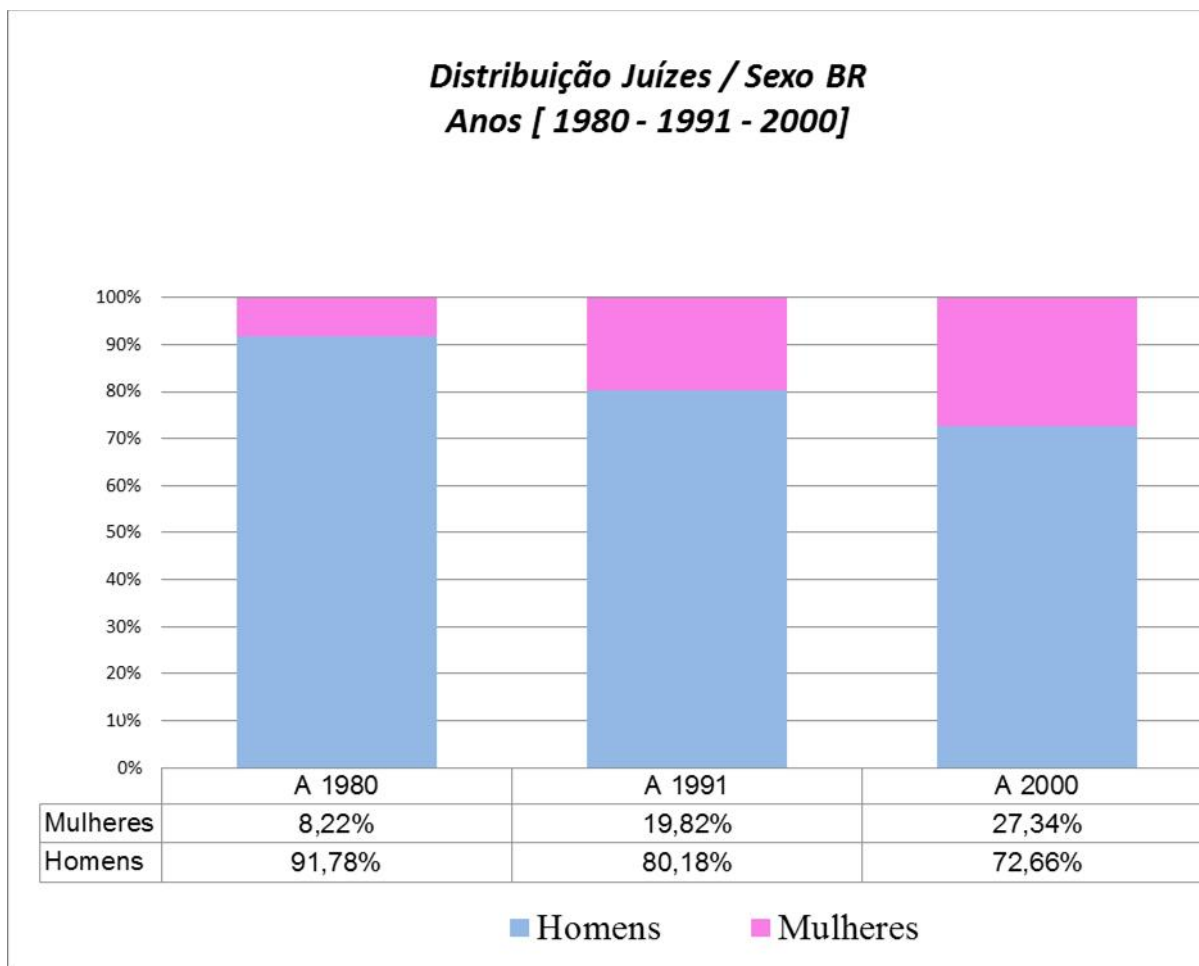
## Resultados

**Gráfico 1** - Distribuição da população da magistratura brasileira, segundo as Grandes Regiões, Censos 1980, 1991 e 2000 (em %).



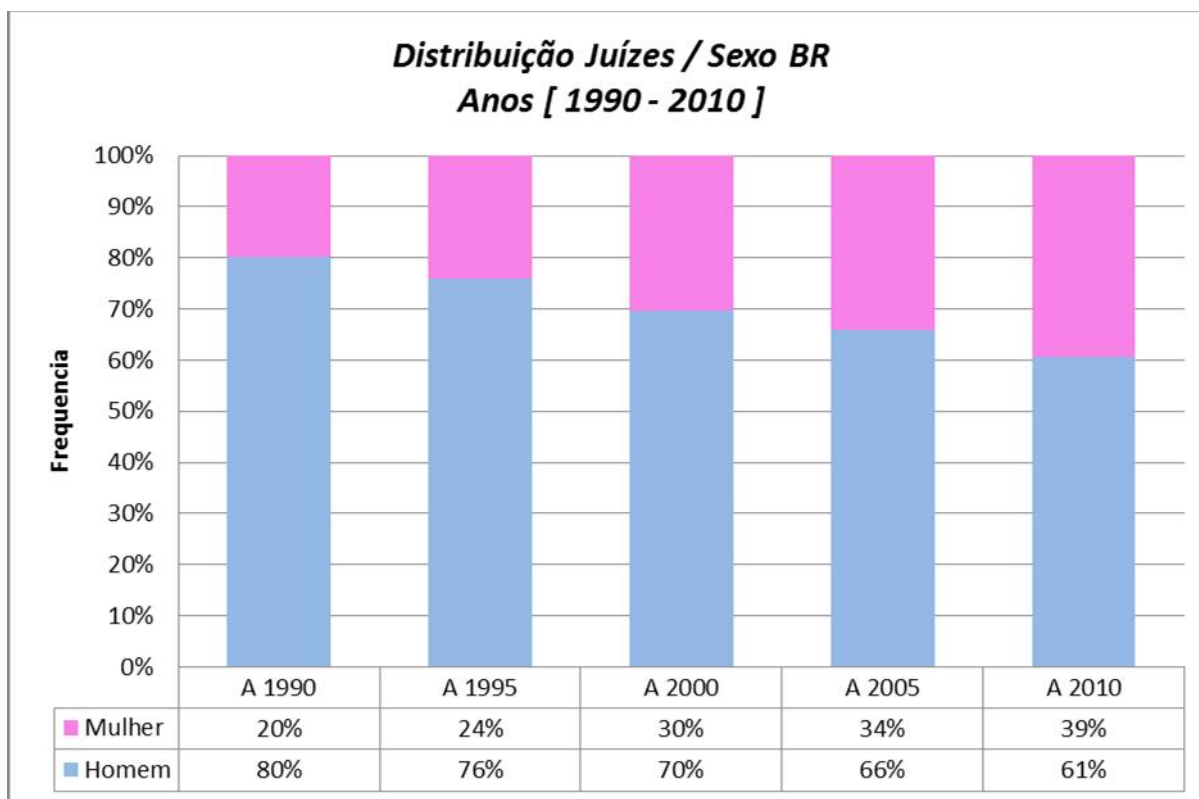
Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**Gráfico 2** – Distribuição da população da magistratura brasileira por gênero, Brasil, Censos 1980, 1991 e 2000 (em %).



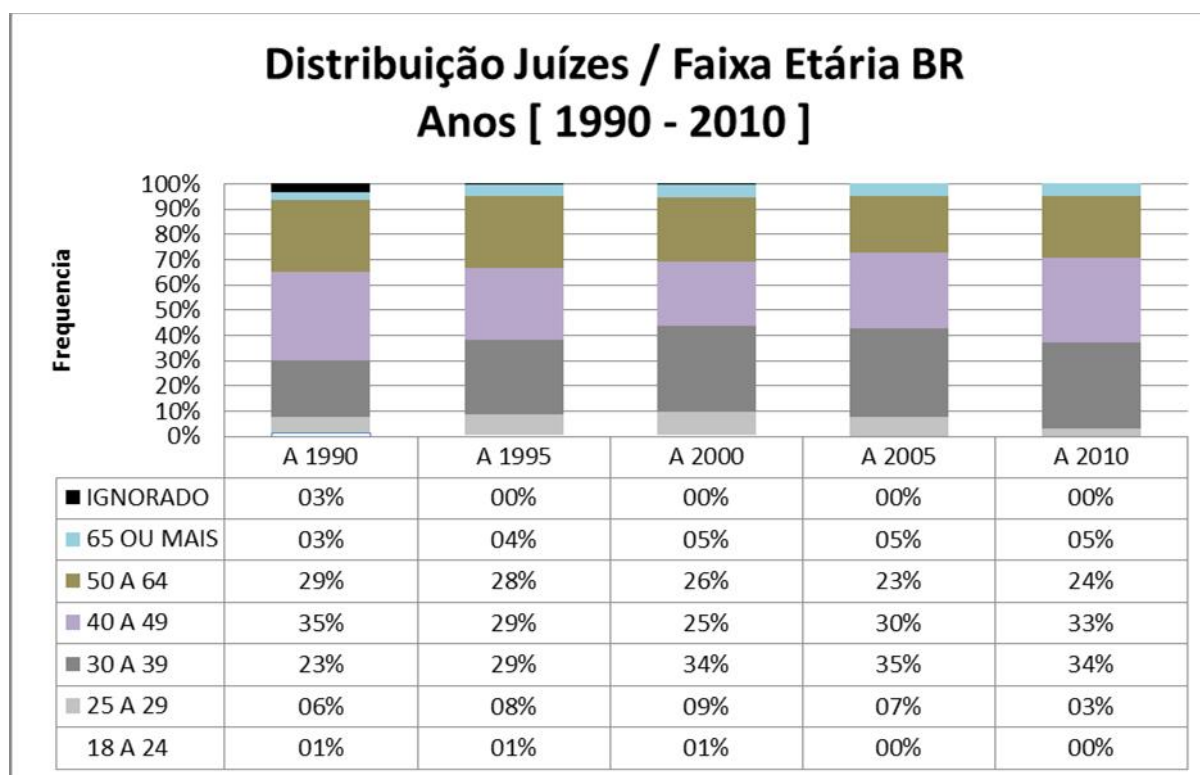
**Fonte:** IBGE - Censo Demográfico

**Gráfico 2.1** - Distribuição da população da magistratura brasileira por gênero, Brasil, RAIS/MTE. (Relação Anual de Informações Sociais), 1990 à 2010 (em %).



Fonte: RAIS/MTE. (Relação Anual de Informações Sociais)

**Gráfico 3 - Distribuição da população da magistratura brasileira por faixa etária de idade, Brasil, RAIS/MTE. (Relação Anual de Informações Sociais), 1990 à 2010 (em %).**



Fonte: RAIS/MTE. (Relação Anual de Informações Sociais )

O perfil demográfico, mostra que o magistrado brasileiro típico é do gênero masculino; de cor branca; com média de idade de 30 à 49 anos. Os resultados supracitados observam uma combinação de referências RAIS (1990-1995-2000-2005-2010) e CENSO IBGE (1980-1991-2000). Os resultados denotam existirem correspondência e similaridade entre os mesmos, o que implica em potencialização da consistência dos mesmos.

O que se observa, para o parâmetro discricionário sexo, que ao longo dos últimos anos, existe uma tendência contínua de redistribuição de Juízes por sexo, onde numa

taxa constante, observa-se um significativo avanço da participação de juízes do sexo feminino no universo de magistrados brasileiros.

Fazendo-se um estudo de projeção da participação das mulheres no magistrado brasileiro, temos um coeficiente de correlação igual a  $r = 0,998$  e uma equação de regressão  $Y\% = -20.4421 + 0.010368 * \text{Ano}$

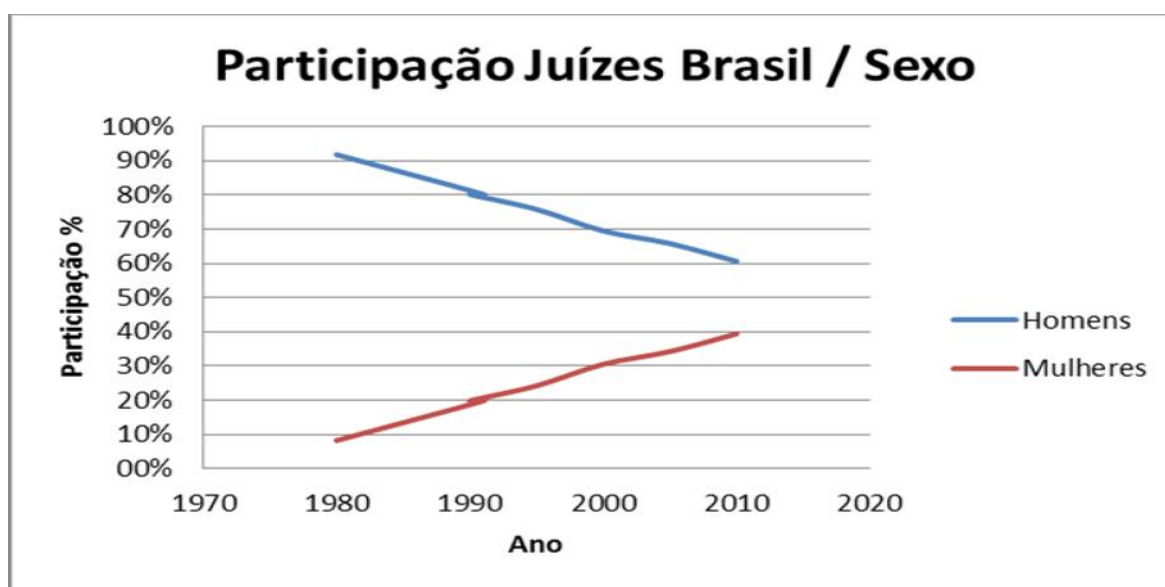
Tal equação projeta para o Ano de 2020 uma participação feminina igual a 50.2%, implicando num equilíbrio segundo o parâmetro sexo.

**Tabela 1** - Participação relativa da população de magistratura brasileira por gênero, Brasil, 1980 à 2010 (em %).

|                 | 1980  | 1990  | 1991  | 1995  | 2000  | 2005  | 2010  |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| <b>Homens</b>   | 91.8% | 80.2% | 80.2% | 75.8% | 69.5% | 65.8% | 60.6% |
| <b>Mulheres</b> | 8.2%  | 19.8% | 19.8% | 24.2% | 30.5% | 34.2% | 39.4% |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico e RAIS/MTE. (Relação Anual de Informações Sociais)

**Gráfico 4** - Distribuição da população da magistratura brasileira por gênero, Brasil, Censos 1980, 1991 e 2000 (em %).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Os resultados denotam que para a variável discricionária cor, observa-se uma significativa discrepância entre as respectivas etnias declaradas pelos magistrados. Tomamos dois grupos concentradores – Branco e Não Branco, visto que na estratificação por cor específica tem-se baixas concentrações e consequentes perdas de robustez na informação analítica. Os resultados

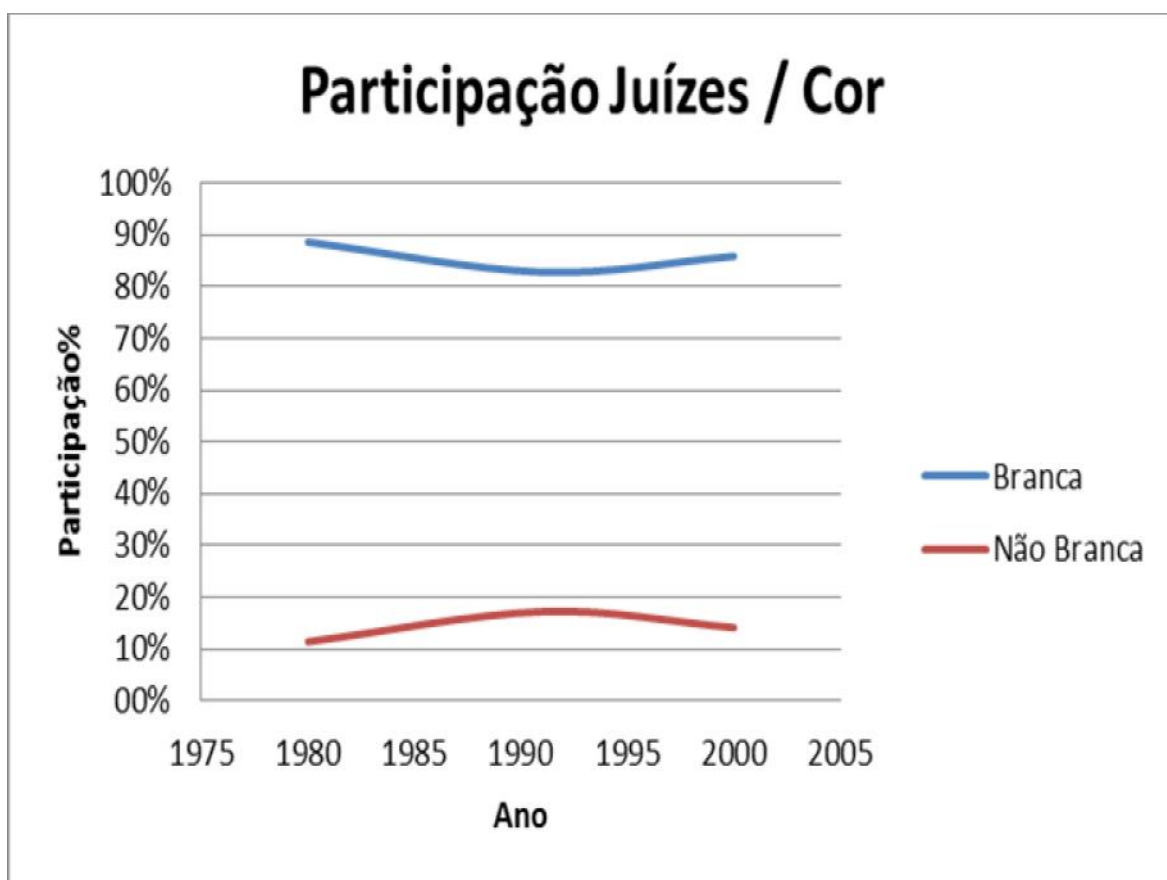
demonstram que o Magistrado brasileiro é preponderantemente Branco (85,9%) e o comportamento gráfico sugere um estabilidade na distribuição indicando que ainda se levará alguns anos para se observar distribuições que alterem o atual quadro. Comportamento bem diferente do que se observa no parâmetro Sexo.

### Distribuição quanto a Raça ou Cor dos Magistrados

**Tabela 2** - Participação relativa da população de magistratura brasileira por cor ou raça, Brasil, Censos 1980 à 2000 (em %)

|                       | 1980  | 1991  | 2000  |
|-----------------------|-------|-------|-------|
| <b>Branca</b>         | 4098  | 6667  | 10335 |
| <b>Preta</b>          | 10    | 54    | 121   |
| <b>Amarela</b>        | 25    | 83    | 81    |
| <b>Parda</b>          | 481   | 1214  | 1403  |
| <b>Indígena</b>       | 0     | 13    | 25    |
| <b>Sem Declaração</b> | 10    | 20    | 69    |
| <b>Total</b>          | 4624  | 8050  | 12034 |
| <b>Branca</b>         | 4098  | 6667  | 10335 |
| <b>Não Branca</b>     | 526   | 1383  | 1698  |
| <b>Cor</b>            | 1980  | 1991  | 2000  |
| <b>Branca</b>         | 88.6% | 82.8% | 85.9% |
| <b>Não Branca</b>     | 11.4% | 17.2% | 14.1% |

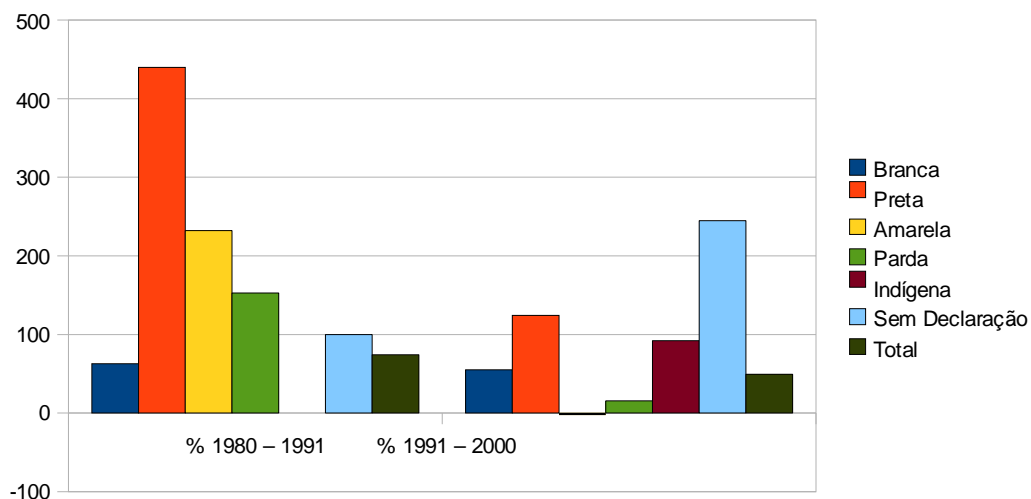
Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

|                       | % 1980 – 1991 | % 1991 – 2000 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| <b>Branca</b>         | 62,69         | 55,02         |
| <b>Preta</b>          | 440           | 124,07        |
| <b>Amarela</b>        | 232           | -2,41         |
| <b>Parda</b>          | 152,39        | 15,57         |
| <b>Indígena</b>       | 0             | 92,31         |
| <b>Sem Declaração</b> | 100           | 245           |
| <b>Total</b>          | 74,09         | 49,49         |
| <b>Cor</b>            | 0,56          | 0,45          |
| <b>Branca</b>         | 62,69         | 55,02         |
| <b>Não Branca</b>     | 162,93        | 22,78         |



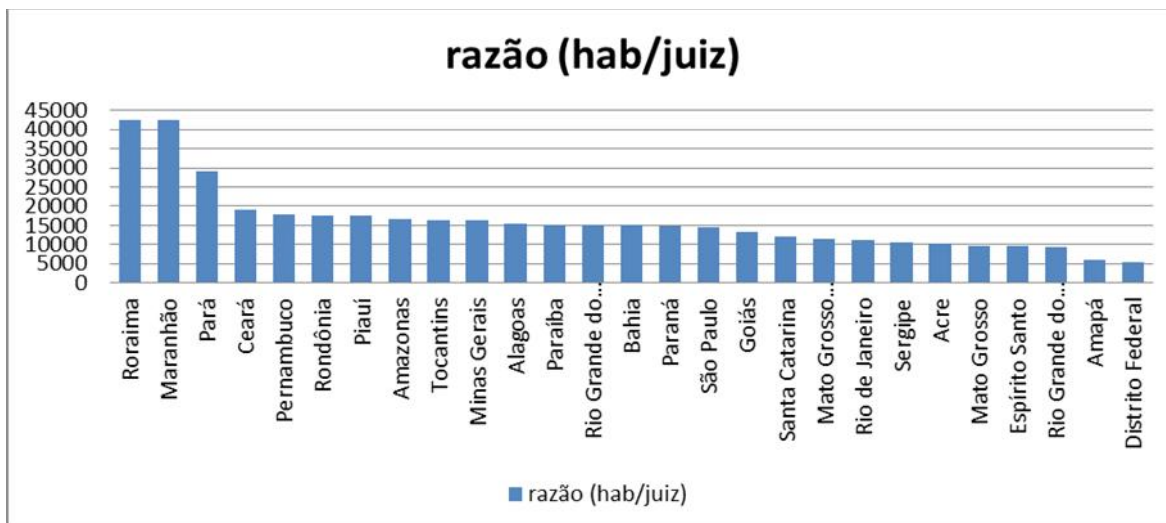


Uma quarta tabela entre o tamanho da população local (UF) e o número de magistrados da respectiva região (UF).

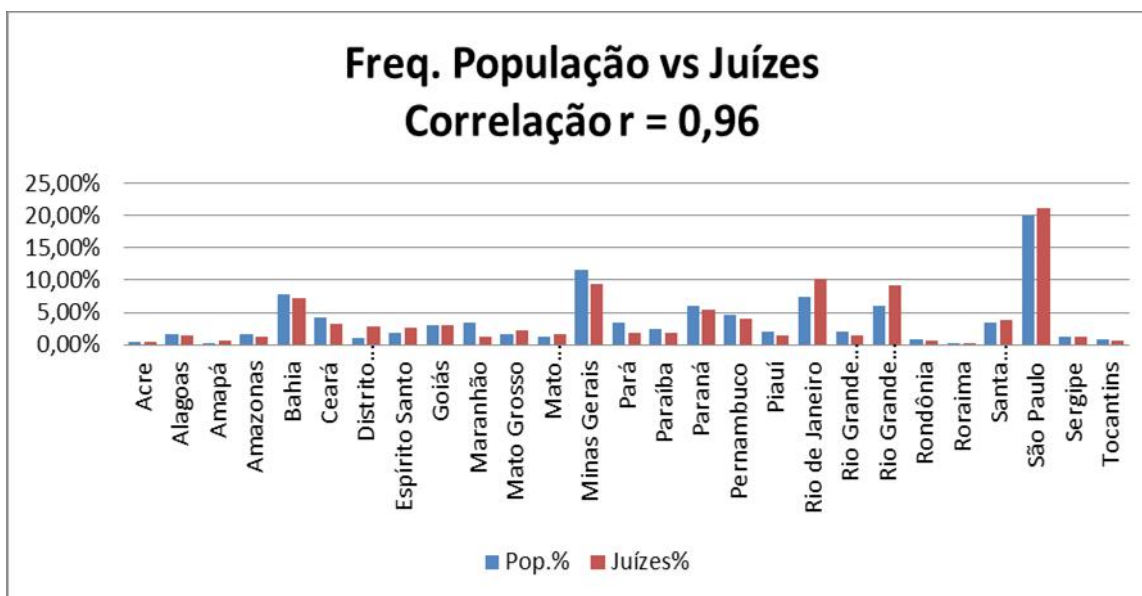
| UF                  | Razão (hab./juiz) |
|---------------------|-------------------|
| Roraima             | 42382             |
| Maranhão            | 42320             |
| Pará                | 29083             |
| Ceará               | 19069             |
| Pernambuco          | 17747             |
| Rondônia            | 17451             |
| Piauí               | 17414             |
| Amazonas            | 16557             |
| Tocantins           | 16475             |
| Minas Gerais        | 16325             |
| Alagoas             | 15510             |
| Paraíba             | 15249             |
| Rio Grande do Norte | 15070             |
| Bahia               | 15062             |
| Paraná              | 14933             |
| São Paulo           | 14601             |
| Goiás               | 13377             |
| Santa Catarina      | 12170             |
| Mato Grosso do Sul  | 11589             |
| Rio de Janeiro      | 11270             |
| Sergipe             | 10672             |
| Acre                | 10126             |
| Mato Grosso         | 9799              |
| Espírito Santo      | 9768              |
| Rio Grande do Sul   | 9279              |
| Amapá               | 6123              |
| Distrito Federal    | 5353              |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**Gráfico 6** – Razão de população residente, por população da magistratura brasileira, segundo as Unidades da Federação - Censo Demográfico 2000.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

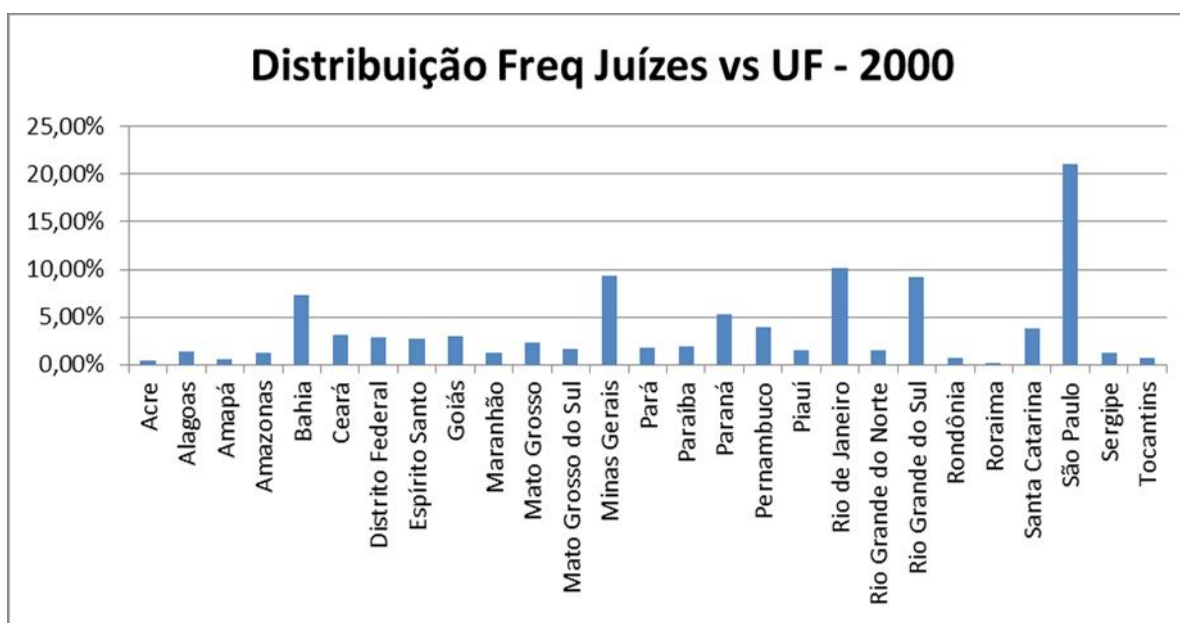


Fonte: IBGE - Censo Demográfico

O forte índice de correlação entre as frequências das Distribuições por UF da população e o de Juízes Togados denota uma proporcionalidade equitativa e equilibrada.

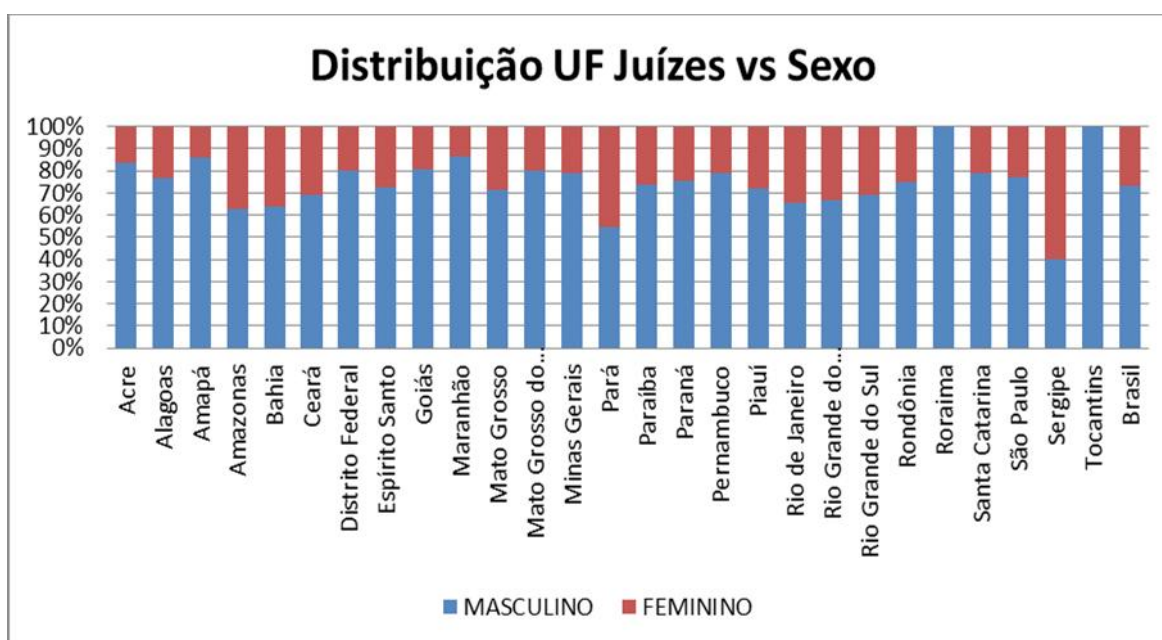
Pearson = Quanto mais próximo de 1, maior é a relação. Isto é, numa região onde tem um número alto de população e há um número alto de juízes.

**Gráfico 8** – Distribuição da frequência da população da magistratura brasileira, segundo as Unidades da Federação, Censo 2000 (em %)



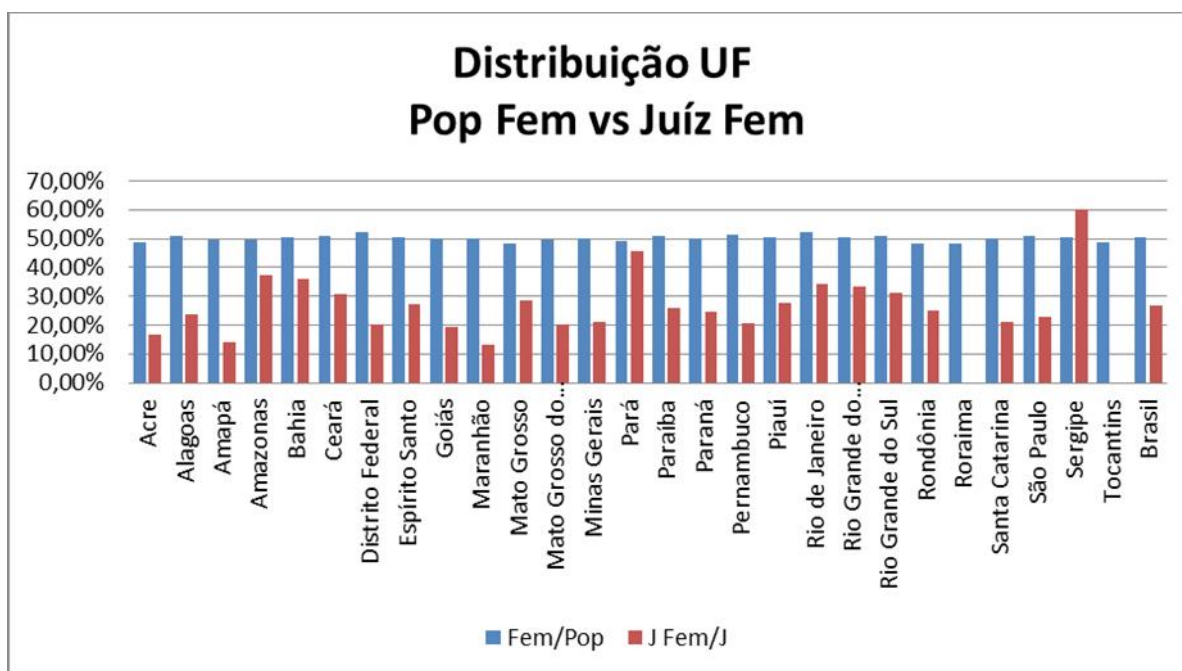
Fonte: IBGE - Censo Demográfico

**Gráfico 9** – Retrata a distribuição por gênero, segundo a região geográfica, em (%).



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Distinguindo-se os magistrados de acordo com a região geográfica em que exercem a função jurisdicional, há apreciáveis diferenças na composição por gênero.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

## Conclusão

O cruzamento dos dados, tendo como parâmetro sexo, demonstra existir uma tendência contínua de redistribuição de juízes por sexo e se observa um significativo avanço da participação de juízes do sexo feminino no universo da magistratura brasileira.

No entanto, enquanto no Brasil as mulheres correspondem a 50,52% da população, somente 26,78% são juízas brasileiras togadas. As questões políticas, econômicas e sociais afetam a ascensão das mulheres nessa profissão, onde a predominância do sexo masculino ainda é muito forte. O que ratifica que a justiça brasileira é feita pelos homens. De outro lado, tendo a cor como fator discricionário, os resultados não apresentam alterações significativas a médio e longo prazo. O magistrado brasileiro é preponderantemente branco (85%) e os dados comprovam uma estabilidade na distribuição, indicando que se levarão anos para que se tenha alteração do atual quadro.

Predominam as percepções das diferenças por sexo, tal como já observado em outros estudos sobre as juízas, onde se encontram narrativas que negam a persistência das diferenças por sexo na carreira, mesmo que os dados apontem em sentido contrário. Entendemos esta visão como uma forma de atuar sobre o processo de

formação da subjetividade e modelar a identificação profissional. Ativamente, elas afirmam o apagamento das diferenças, a partir da experiência da conquista de posições de poder, elevando o status social que a sociedade nega à mulher.

Os impactos mútuos da diferença de sexo na carreira da magistratura foram relacionados neste estudo. Partiu-se do contexto de dados estatístico dos Censos de 1980 à 2000. Predominam as percepções das diferenças de gênero, tal como já observado em outros estudos sobre as juízas, onde se encontram narrativas que negam a persistência das diferenças de gênero na carreira, mesmo que os dados apontem em sentido contrário. Entendemos esta visão como uma forma de atuar sobre o processo de formação da subjetividade e modelar a identificação profissional. Ativamente, elas afirmam o apagamento das diferenças, a partir da experiência da conquista de posições de poder, elevando o status social que a sociedade nega à mulher.

O que podemos concluir é que, independente de sexo ou raça, o perfil do magistrado não foge a sua origem socioeconômica, oriundo em sua grande maioria da classe média alta. Isso nos remete as raízes históricas que perpassam todos os setores da sociedade. Nos leva a afirmar que o pensamento do magistrado ainda traduz a mesma ideia, vontade e reflexões das classes dominantes.

Nada melhor que a poesia para selar tal conclusão e, ninguém mais apropriado que um dos maiores gênios da literatura brasileira - Cruz e Sousa.

Foi chamado de “Cisne Negro” da Literatura, buscou na arte a tradução de sua dor por enfrentar os duros problemas decorrentes do racismo. Em 1881 fundou a Tribuna Popular, jornal abolicionista, onde era diretor. Com influência na cidade de Nossa Sra. do Desterro, ainda não Florianópolis, chegou a merecida projeção social e, com ela,

#### *Cárcere das almas*

*Ah! Toda a alma num cárcere anda presa,  
Soluçando nas trevas, entre as grades Do  
calabouço olhando imensidades, Mares,  
estrelas, tardes, natureza.*

*Tudo se veste de uma igual grandeza Quando  
a alma entre grilhões as liberdades  
Sonha e, sonhando, as imortalidades*

o preconceito, afinal, um negro não poderia ser formador de opinião, muito menos influenciar na vida intelectual da cidade. Em 1883 é nomeado promotor público em Laguna, mas impedido de assumir o cargo por ser negro.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, com ideia de sobreviver do jornalismo, mas a capital do império não detinha melhor sorte para ele e, o máximo que conseguiu foi um mísero emprego na Estrada de Ferro Central do Brasil.

*Rasga no etéreo o Espaço da Pureza. Ó almas*

*presas, mudas e fechadas  
Nas prisões colossais e abandonadas, Da Dor  
no calabouço, atroz, funéreo!*

*Nesses silêncios solitários, graves,  
Que chaveiro do Céu possui as chaves para  
abrir-vos as portas do Mistério?!*

*Cruz e Sousa.*

---

**Romeu Ferreira Emygdio** é Tecnologista  
Informação Geográfica Estatística no IBGE

---

#### **Referências Bibliográficas:**

- BARBALHO, Rennê Martins. *A feminização das carreiras jurídicas e seus reflexos no profissionalismo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos, 2008.
- BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de pós-graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 103-123.

- DIAS, Maria Berenice. *A feminização da magistratura*, Portal Jurídico Investidura. Florianópolis/SC, 18 Dez 2005. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/judiciario/2009](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/judiciario/2009).
- JUNQUEIRA, Eliane B. *A mulher juíza e a juíza mulher*. In: Bruschini, Cristina; Buarque de Holanda, Heloísa. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 1998.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Revista de Educação e Realidade (Gênero e Mulheres), Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1999.

